

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 328.491 - SP (2013/0110874-7)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
EMBARGANTE : ELETRICAMIL COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADOS : ADRIANA DALVA CEZAR DE ALCANTARA E OUTRO(S) -
SP139509
MARCOS ANTONIO MAGRI FILHO - SP293850
EMBARGADO : TRUMPF MÁQUINAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO : CLENILCE ELENA SAMPAIO E OUTRO(S) - SP084039

DECISÃO

Trata-se de embargos declaratórios opostos por ELETRICAMIL COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA contra decisão (e-STJ, fls. 1.471/1.480) que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Em suas razões, a parte embargante afirma, em síntese, que *"concessa máxima venia, aquela r. decisão, prolatada por Ilustre Ministro de notório e notável saber jurídico, padece de contradição consistente na equivocada apreciação do quanto decidido pelo Tribunal local a respeito da existência (ou não) de operação de importação de mercadoria"* (e-STJ, fl. 1.482).

A parte embargada apresentou impugnação, e-STJ, fls. 1.487/1.491.

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

A ora embargante alega que *"padece de contradição consistente na equivocada apreciação do quanto decidido pelo Tribunal local a respeito da existência (ou não) de operação de importação de mercadoria"* (e-STJ, fl. 1.482). Sobre o tema, a decisão embargada assim se manifestou:

"A recorrente alega que "não há entre a recorrente e a recorrida uma operação de Importação, mas apenas uma compra e venda mercantil simples, dentro do Estado". O eg. TJ-SP, por sua vez,

mediante análise soberana das provas existentes nos autos, manifestou-se nos seguintes termos:

"Com efeito, tratando-se de revenda de maquinário adquirido no exterior, nada impede que o preço seja fixado em moeda estrangeira, desde que o pagamento seja realizado em moeda nacional pela cotação do dia do vencimento. Para tanto, basta se ater ao fato de que a regra do art. 1º, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 10.192/01 encontra expressa exceção nos artigos 2º e 3º do Decreto -Lei nº 857/69 e na parte final do art. 6º, da Lei nº 8880/94.

Na hipótese em apreço, é incontroverso entre as partes o fato de que o maquinário foi adquirido do exterior, sendo certo que a própria devedora alegou ter adiantado determinada quantia em dinheiro com vistas a facilitar/baratear o desembaraço aduaneiro. Ademais, ainda se pudesse cogitar de ilegalidade, a posição da Turma Julgadora é a de que eventual revisão dependeria de prova efetiva de onerosidade excessiva, o que não restou evidenciado nos autos. De qualquer forma, o que não se pode admitir é que a alegação de referido vício, em sede de ação de rescisão contratual, constitua modo oblíquo de a devedora se furtar dos efeitos provenientes de sua inquestionável inadimplência." (e-STJ, fls. 1.329)

Nesse contexto, concluir de forma diametralmente oposta, como pretende o recorrente em suas razões recursais no sentido de que não há uma operação de importação, no caso em voga, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório." (e-STJ, fl. 1.474/1.475)

De ver-se, portanto, que os presentes embargos declaratórios revelam o nítido propósito da parte embargante em rediscutir tema que foi devidamente apreciado, o que é defeso através da via processual escolhida, desautorizando, deste modo, o acolhimento da pretensão embutida nos aclaratórios.

A propósito, traz-se a lume alguns arestos proferidos nesse sentido, os quais, embora prolatados sob a égide do vetusto CPC/1973, exprimem a firme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da inadmissibilidade dos embargos de declaração quando opostos fora das exíguas hipóteses legais de seu cabimento, *in verbis*:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

AGRAVO EM RECURSO NÃO CONHECIDO. SÚMULA 182/STJ. PRETENSÃO DE EXAME DE MATÉRIA DO FUNDO. CARÁTER INFRINGENTE MANIFESTAMENTE INFUNDADO. INTUITO PROTELATÓRIO. MULTA.

1. Hipótese em que o acórdão embargado concluiu pela não violação do art. 511 do CPC e pela ausência de previsão legal para que o valor das custas de preparo conste da publicação da sentença.

2. Os Embargos de Declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, os pressupostos legais de cabimento, ausentes in casu.

3. O inconformismo dos embargantes busca emprestar efeitos infringentes, manifestando nítida pretensão de rediscutir o mérito do julgado, o que é incabível nesta via recursal.

4. A insurgência revela propósito manifestamente protelatório e utilização indevida dos aclaratórios, justificando a incidência da sanção prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.

5. Embargos de Declaração rejeitados, com fixação de multa de 1% sobre o valor da causa."

(EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 381.986/SP, Rel. Ministro **HERMAN BENJAMIN**, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe de 9/10/2014, sem negrito no original)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. CARÁTER INFRINGENTE DA PRETENSÃO. ANÁLISE DE QUESTÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE.

1. Inexiste irregularidade a ser elucidada na via dos embargos de declaração se o acórdão embargado manifesta-se de modo claro e objetivo quanto à matéria submetida à apreciação da Corte.

2. O reexame de matéria já apreciada com a simples intenção de propiciar efeitos infringentes ao decisum impugnado é incompatível com a função integrativa dos embargos declaratórios.

3. Em sede de recurso especial, é inviável ao Superior Tribunal de Justiça analisar ou decidir questões de ordem constitucional.

*4. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg no Ag 1.035.101/MS, Quarta Turma, Relator o Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, DJe de 28.10.2008, sem negrito no original)*

Diante do exposto, rejeitam-se os embargos declaratórios.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator